



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Itupiranga
Controle Interno

PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

PROCESSO LICITATÓRIO: 9/2018-008-PMI

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)

OBJETO: “Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos (lixo doméstico e comercial), com uso de caminhões compactadores para a execução da coleta e transporte, até o aterro controlado de resíduos com características domiciliares de moradias, comércio, Órgãos e Logradouros Públicos, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Ordem, Territ. do Município de Itupiranga-PA”.

CONTRATADOS: WELTER & MEDEIROS CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 12.189.035/0001-08

O Sr. Alexandre Santos do Couto, brasileiro, casado, advogado, CPF nº 250.794.412-91, inscrito na OAB/PA, 11785A, responsável pelo Controle Interno do Município de Itupiranga/PA, nomeado nos termos da Portaria Nº 353/2017, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, que analisou integralmente o Processo nº 9/2018-008-PMI, referente à Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no Sistema de Registro de Preços, utilizando como critério de julgamento “Menor Preço por Item”, tendo por objeto a **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos (lixo doméstico e comercial), com uso de caminhões compactadores para a execução da coleta e transporte, até o aterro controlado de resíduos com características domiciliares de moradias, comércio, Órgãos e Logradouros Públicos, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Ordem, Territ. do Município de Itupiranga-PA**”, conforme detalhado no Termo de referência (Anexo I), e demais anexos integrantes do processo, com base na Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000, e Decreto Federal nº 7.892/13 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993, e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra:

(X) Revestido de todas as formalidades legais, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.

Declaro, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Itupiranga/PA, 14 de maio de 2018.

Alexandre Santos do Couto
Controlador Interno
Portaria Nº 353/2017